

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE MAIO DE 2019

NÚMERO 7.445

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PR **PSL**

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD **PDT**

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB **PSC**

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP **PSB**

João Amin Nazareno Martins

PRB **PV**

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 8 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 042ª Sessão Ordinária realizada em 21/05/2019..... 2</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação 7 Aviso de Publicação 7 Projetos de Lei 7</p>
--	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Silvío Dreveck - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Julio Garcia

Mauro de Nadal

Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Comenta que a Lei 17.727/2019, recém sancionada, está sendo veiculada nas mídias em uma versão equivocada. Afirma que, por falta de apuração, as mídias estão informando que a lei proíbe canudos plásticos.

Faz a leitura completa do texto que se tornou lei e, ao final da leitura, afirma que a proibição do canudo plástico não procede. Comenta que essa deturpação na veiculação da lei causa prejuízos para a indústria plástica, a qual é responsável por movimentar a economia e gerar muitos empregos, principalmente no sul do estado.

Argumenta que é incorreto culpar o plástico pelos danos causados na natureza. Informa que o correto é educar a população para dar a devida destinação dos resíduos. Cita o exemplo do canudo encontrado na narina de uma tartaruga, e complementa comentando que nunca encontrarão uma nota de dinheiro causando danos a um animal aquático.

Relata que sempre se impressiona negativamente quando chega a Florianópolis, por conta do lixo despejado nas marginais da Via Expressa, afirmando que a culpa é da população.

Por fim, agradece aos deputados João Amin e José Milton Scheffer, responsáveis pela lei, a qual permite uma regulamentação sem prejuízo para o segmento da indústria plástica, importante para gerar renda e empregos.
[Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Relata que no dia 10 de maio, visitou São José do Cerrito e conversou com famílias que foram realocadas, por conta da construção de uma usina hidrelétrica. Demonstra indignação ao fato de que algumas pessoas foram retiradas de suas propriedades.

Salienta que, enquanto prefeito de Pinhalzinho, manteve diálogo com os representantes das empresas que construíram nos rios da região, e destaca a consideração com os proprietários de terras, que inclusive se tornaram sócios destas empresas.

Diante de tais situações, reforça o trabalho eficaz dos parlamentares em relação aos direitos humanos, ao cuidado com as construções das barragens, destacando a de Anitápolis, que se encontra em estudo a construção de uma usina fosfateira aos moldes da empresa de Brumadinho. Também comenta a situação da barragem em José Boiteux, afirmando que o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, colocou-se à disposição para visitar a barragem e analisar possíveis riscos. Comenta, ainda, que em junho acontecerá uma audiência pública em Papanduva para tratar sobre a exploração do xisto, por conta do risco de contaminação dos lençóis freáticos da região.

Esteve, também, em Abelardo Luz, visitando a escola de ensino médio Paulo Freire, onde existe um laboratório de alto nível que está inoperante, por não ter professor disponível. Pretende discutir com o líder do governo e com o secretário da Educação para que seja resolvido o problema da falta de professor para o laboratório de pesquisas.

Informa que na data anterior participou na faculdade Católica de uma reunião do Grupo de Trabalho de Apoio ao Imigrante, e comenta sobre o relato de um haitiano que jamais se sentiu negro, por sempre ter vivido em um país com predomínio da população negra, mas se sente discriminado em Santa Catarina. Neste sentido, entidades estão se reunindo para solucionar o problema de discriminação de imigrantes no estado.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema, coloca-se à disposição e informa que encaminhou um projeto para proibir a utilização da barragem alteamento a montante, pela possibilidade de acidentes graves. Também destaca a exploração do xisto, que gera muita insegurança. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Fala do Paradesporto, considerando a importância de incentivar a atividade em nível de estado e município, e informa que recebeu em seu gabinete a visita da sua embaixadora em Blumenau, Gisele Chirulli, cumprimentando-a pelo excelente desempenho.

Comenta que o esporte é um sucesso de inclusão social, e a prática desportiva melhora a vida das pessoas, trazendo felicidade aos seus adeptos e familiares. Apela ao desenvolvimento e estadualização do paradesporto em Santa Catarina, através da Fesporte. Parabeniza a prefeitura de Blumenau pela iniciativa, bem como os atletas que lá fazem um bellissimo trabalho.

Traz, ainda, uma notícia importante para Itajaí e Santa Catarina, do anúncio feito pelo governador Moisés de que a Marinha do Brasil encomendou, aos estaleiros de Itajaí, a

construção de quatro navios militares, o que significa mais empregos e uma receita de R\$ 1,6 bilhão entrando para o estado. Parabeniza o governador por este passo importante, não só para o desenvolvimento da indústria naval catarinense, mas do Vale do Itajaí e do estado.

Repercute que o governador anunciou, também, a abertura de mil novas vagas para a Polícia Militar, além de chamar 51 novos Delegados de Polícia para fortalecer a investigação criminal da Polícia Civil em todas as cidades do estado; e agora a abertura de 600 vagas para agentes penitenciários, reforçando a estrutura dos presídios e penitenciárias, dando mais segurança ao cidadão e fortalecendo a Segurança Pública.

Quanto à informação da retirada do helicóptero, informa que o governador inclusive disponibilizou o próprio helicóptero para fazer o traslado de órgãos para transplante, e afirma acreditar na sensibilidade do governador neste sentido.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Informa que a construção das corvetas em Itajaí é um passo inicial para perpetuar o estado como um polo de construção de navios de guerra para toda a América do Sul, caracterizando-se como um salto de qualidade, gerando emprego e renda, e trazendo desenvolvimento. Parabeniza o governo por esta conquista.

Deputado Fabiano da Luz (Aparteante) - Solicita a confirmação da informação de que o governo do estado vai recolher o helicóptero que atende todo o oeste, tanto na parte de Segurança Pública como de transporte de pacientes em casos de emergência, fato que considera muito negativo. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Informa que foi efetuada a entrega final, com aprovação, do relatório referente à Reforma Administrativa do governador.

Comenta que, como uma nova deputada, ainda sente certo estranhamento no ambiente parlamentar, pela complexidade e intensidade. Expõe que defende o governo quando acha necessário, e que se opõe de forma harmoniosa quando discorda do mesmo. Por fim, cita o exemplo da preservação dos direitos dos trabalhadores dos órgãos que serão extintos.

Demonstra preocupação ao trazer a notícia de que o Hospital Ruth Cardoso suspendeu por 48 horas o atendimento nos setores da UTI Neonatal e Centro Obstétrico. Informa que em breve acontecerá uma reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, na região do Vale do Itajaí, com o objetivo de buscar alternativas para o financiamento do Hospital Ruth Cardoso, que atualmente é custeado somente pelo município de Balneário Camboriú.

Presta solidariedade e lamenta a notícia, pouco divulgada, de uma jovem que foi vítima de bebida adulterada em uma casa noturna.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Corroboras as palavras da deputada, e questiona a falta de apoio e segurança para mulheres, parabenizando a jovem pela coragem de denunciar. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão para que o vereador Emílio Petry, da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, faça a divulgação da VII Festa do Barracão, que acontecerá entre os dias 31 de maio e 2 de junho.

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário dos Partidos Políticos.

Partido: MDB

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Afirma que Santa Catarina é referência em relação ao sistema penitenciário no Brasil, citando que o Programa Fantástico da Rede Globo exibiu, em abril de 2018, reportagem elogiando o modelo de ressocialização dos presos e apenados adotado no estado, também sendo enaltecido pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardoso e Torquato Jardim, pelo atual ministro Sérgio Moro, nos seus respectivos mandatos, e pelo bispo Dom Jacinto Inácio, em visita ao Papa Francisco no Vaticano.

Relata o trabalho que realizou na Secretaria de Justiça e Cidadania, onde atuou como secretária durante oito anos. Destaca que acreditou na proposta de ressocialização como modelo de prevenção e minimização da violência no estado catarinense. Registra o reconhecimento do trabalho realizado nas penitenciárias de Chapecó e São Cristóvão do Sul, e que o mesmo deve se estender a outras regiões. Ressalta que o estado é referência nacional por proporcionar aos presos atividades laborais, oportunidade de trabalho, sendo que 3,8 mil apenados se formaram em cursos profissionalizantes, e 5,4 mil no ensino médio e fundamental.

Comenta que na sua gestão, pela primeira vez, foram adquiridos uniformes para os agentes penitenciários e agentes de segurança socioeducativos, foi investido muito na aquisição de equipamentos de proteção individual, como coletes balísticos, munição e armamento, viaturas operacionais, e na nomeação de mais de 500 novos agentes penitenciários. Acrescenta que foram realizados convênios com empresas privadas, órgãos públicos e ONGs, salientando que a parceria foi fundamental, agradecendo aos governadores Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira pela participação no processo. Procedeu apresentação de vídeo para ilustrar sua fala.

Concluí, parabenizando o atual governador Carlos Moisés, que reconheceu o seu modelo de atuação, por estar valorizando e dando continuidade ao trabalho.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Menciona que a deputada é exemplo, com seu trabalho, para o Brasil, pois mudou a imagem do sistema prisional catarinense, tentou combater a criminalidade, revertendo a situação de alguns criminosos para voltarem ao convívio social.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Cumprimenta a deputada, falando que o trabalho é magnífico e merece de fato reconhecimento, todos os presídios brasileiros deveriam olhar para o que está acontecendo em Santa Catarina.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Parabeniza a deputada pelo esforço em prol do sistema penitenciário catarinense, principalmente pelo incentivo da participação de empresas e escolas. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSDB

DEPUTADO VICENTE CAROPRESO (Orador) - Fala da importância dos eventos relacionados à Campanha Maio Amarelo, de abrangência nacional, que visa diminuir os acidentes de trânsito e retirar o Brasil do vergonhoso 5º lugar entre os países recordistas por morte no trânsito. Registra que além do elevado número de óbitos em acidentes, muitas vítimas sofrem graves ferimentos que deixam sequelas. Destaca o levantamento do Ministério da Saúde, revelando que 60% dos leitos do SUS são ocupados por vítimas do trânsito. Cita que dos estados brasileiros, São Paulo é o líder em número de feridos e óbitos no trânsito, tendo como causa principal dirigir alcoolizado.

Menciona que a situação do estado de Santa Catarina é estarrecedora, informando que, em 2017, 1,5 mil mortes ocorreram, sendo que as cidades que registraram o maior número de óbitos por ocorrências no trânsito foram Blumenau, Joinville, Chapecó e São José. Lembra as graves consequências geradas pelos acidentes, sendo necessárias ótimas equipes de plantão nos hospitais, e ótima estrutura para tratamento dos pacientes, e isto gera altos custos para os cofres públicos. Afirma que falta um modal ferroviário de transporte coletivo de passageiros em nosso estado, considerado como opção de comodidade e segurança em muitos países.

Conclui, dizendo que acidentes poderiam ser evitados com a adoção de medidas de segurança, como uma melhor infraestrutura no sistema viário de transportes, e principalmente com educação de trânsito. Salienta que seu trabalho na comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no segundo semestre, será focado na acessibilidade, e também as causas que levam aos acidentes de trânsito no estado. [taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Reporta-se à comunicação dada pelo secretário da Casa Civil, Douglas Borba, referente à SC-467, na região do meio oeste, especificamente os moradores de Ouro e Jaborá, que trouxe a informação de que, tão logo seja finalizado os tramites burocráticos com o BNDES, a segunda empresa ganhadora da licitação dará continuidade às obras da referida estrada catarinense. Desta forma, dá uma resposta à população da citada região, após várias tentativas de obter uma informação com o secretário da Infraestrutura. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comenta sobre a campanha nacional contra o suicídio, a automutilação e a violência contra as mulheres, e destaca o acontecimento em um dos seminários, onde um homem questionou sobre a utilidade das pontes e passarelas que, além de ligar destinos, também são locais para cometer suicídios.

Indaga sobre as pontes e passarelas catarinenses, questionando que poucas possuem estruturas que inibem o suicídio.

Valoriza a necessidade de exigir que as obras possuam o Selo da Vida, que trata da dificuldade para o uso de tal obra ser palco para pessoas tirarem sua própria vida.

Finaliza, questionando a facilidade de cometer suicídios em prédios verticais, e afirma a necessidade de um diálogo com os engenheiros e arquitetos para que este problema possa ser resolvido. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Divulga sua participação, no final de semana, em diversos eventos na região do meio-oeste, e destaca o encontro com lideranças dos municípios de Jaborá e Ouro para tratar da retomada da obra de pavimentação da SC-467, iniciada em 2013, por uma empresa portuguesa que não conseguiu em tempo hábil fazer a manutenção, rompendo o contrato. Posteriormente, foi assinado um novo contrato, entretanto há aproximadamente 60 dias foi rompido, surgindo a dúvida se haverá ou não retomada do evento.

Informa que entrou em contato com o secretário da Infraestrutura, Carlos Hassler, colocando as dificuldades na conclusão da obra financiada pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, o qual afirmou estar atento aos entraves burocráticos e jurídicos para concluir a obra o mais rápido possível em prol dos munícipes da região do meio-oeste de Santa Catarina. Ainda sobre o assunto, referencia o trecho da SC-283, de Concórdia a Chapecó, para uma revitalização total.

Finaliza, pedindo ao governo do estado cautela para evitar o erro acontecido em Seara,

onde se construiu o contorno viário sem incluir a ponte, situação que provocou novo contrato relativo à ponte. [Taquígrafa: Elizamar]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos em Partidos Políticos, a Presidência suspende a sessão até a Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0185/2015.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0065/2019, de autoria do governador do estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ).

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0118/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que revoga o item 34 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual a Sociedade Joinvilense de Amparo à Criança.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0124/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação e a sede da Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis, para Educandário Santa Catarina, de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0205/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, solicitando ao secretário da Educação informações por que as escolas estaduais de Brunópolis estão sem acesso à internet.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0206/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando aos secretários da Infraestrutura e da Defesa Civil informações se existe alguma previsão ou projeto em andamento para a realização das obras de implantação de diques com estações de bombeamento no trecho que compreende os municípios de Gaspar e Ilhota.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0207/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário do Desenvolvimento Econômico e Sustentável informações acerca do funcionamento do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, localizado no município de Correia Pinto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0208/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca da situação jurídica e patrimonial do Ginásio Ivan Rodrigues, localizado no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0209/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca das obras de pavimentação asfáltica da SC-390, que liga os municípios de Anita Garibaldi e Celso Ramos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação 0210/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário de estado da Infraestrutura, informações acerca do projeto e obras de pavimentação asfáltica da Rodovia SC-370, que liga os municípios de Rio Rufino a Urubici.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0231/2019, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o presidente do Sport Club Estrella pela passagem dos 100 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0232/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao governador do estado pela revisão da proposta de reestruturação que prevê a macrorregionalização dos serviços de energia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0233/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, cumprimentando o diretor da Rádio Tubá, de Tubarão pela passagem dos 72 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0234/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, cumprimentando o cabo Wendel Silveira de Avila da Polícia Militar de Santa Catarina, pelo ato de bravura no salvamento de uma mulher e uma criança, no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0237/2019, de autoria do deputado Ricardo Alba, manifestando aplausos

à senhora Giselle Margot Chiroli pelos excelentes serviços prestados ao paradesporto blumenauense.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Ricardo Alba.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0238/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, apelando aos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados pela alteração da Lei nº 9250/1995 (Altera a legislação do IRPF, para permitir nas deduções as despesas relativas aos pagamentos efetuados com serviços de profissionais de educação física e nutricionistas.)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0239/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao senador Jorginho Mello e ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, a inclusão, na lista de medicamentos fornecidos pelo SUS, usados no tratamento da Atrofia Muscular Espinhal, não contemplados pela Portaria SCTIE nº 24, de 24 de abril de 2019.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Deputado João Amin - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. deputado João Amin.

DEPUTADO JOÃO AMIN - Parabenizando e manifestando-se a favor, faz a sugestão de que seja incluído, não só o senador Jorginho Mello, mas o Fórum Parlamentar Catarinense, composto pelos três senadores e os 16 deputados federais.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Solicita à Presidência a inclusão do Fórum Parlamentar Catarinense.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a aquiescência do autor, considera acolhida a sugestão do deputado João Amin.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0236/2019, de autoria do deputado Bruno Souza, manifestando ao Presidente da República apoio à PEC 6/2019, Reforma da Previdência.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fabiano da Luz, Bruno Souza, Luciane Carminatti, Neodi Saretta e Jessé Lopes.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 16 votos “sim”, sete votos “não” e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria. *[Taquígrafa: Sara]*

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0530/2019 e 0538/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão; 0531/2019 e 0532/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 0533/2019 e 0537/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0534/2019, 0535/2019, 0540/2019, 0541/2019, 0542/2019 e 0543/2019, de autoria do

deputado Sargento Lima; 0536/2019, 0539/2019, 0544/2019, 0545/2019, 0546/2019, 0547/2019, 0548/2019, 0549/2019, 0550/2019, 0551/2019 e 0552/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0553/2019 e 0554/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; e 0561/2019, de autoria do deputado Volnei Weber.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0673/2019 e 0694/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 0674/2019, 0675/2019, 0676/2019, 0677/2019, 0680/2019, 0681/2019, 0682/2019, 0695/2019, 0696/2019 e 0697/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0678/2019 e 0679/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0683/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0684/2019 e 0685/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; 0686/2019, de autoria do deputado Julio Garcia; 0687/2019, de autoria do deputado Romildo Titon; 0688/2019, 0689/2019 e 0690/2019, de autoria do deputado João Amin; 0691/2019 e 0692/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0693/2019, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Ana Maria]

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Registra a aprovação da indicação de sua autoria, que solicita melhorias no entroncamento da SC-418 com a Av. dos Imigrantes em São Bento do Sul. Também pede a construção de uma rotatória no local ou a instalação de limitadores de velocidade, que terá por objetivo reduzir acidentes na região. Explica que nesta área há tráfego intenso de caminhões e transporte de mercadorias, devido ao Porto de São Francisco do Sul e Itapoá, contribuindo muito para a deterioração da rodovia. Questiona a intenção do governo, se fará a recuperação com recursos próprios ou há pretensão de fazer concessão de algumas rodovias no estado de Santa Catarina. Cita que enquanto não houver recurso para a duplicação e revitalização, é indispensável à sinalização horizontal e vertical, essencial para a segurança e prevenção de acidentes no local. Informa que o projeto já foi realizado, e agora se espera a iniciativa do governo para a execução da obra.

Destaca a assinatura da ordem de serviço para a construção da Penitenciária Industrial de São Bento do Sul, que ocorrerá terça-feira, dia 22 de maio, e contará com a presença do governador Moisés. Conclui,

agradecendo o empenho da prefeitura da cidade, do secretário Leandro Lima e da família Rudnick, que doou o terreno para a obra. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Ao se referir sobre o debate da moção relacionada à Reforma da Previdência, na presente data, tece comentários a respeito do rombo fiscal e do déficit previdenciário que há na instituição. E elogia o apoio do governador Moisés à referida reforma. Percebe que o texto da PEC n. 6/2019 não foi lido por todos, porque os discursos não correspondem aos fatos. Entende que a Casa Legislativa tem que se manifestar em nome do catarinense mais humilde, pois são os pobres os mais suscetíveis a tempos de flutuações econômicas e que se aposentam por idade, sendo que 82% dos aposentados por idade ganham até dois salários mínimos e isso a PEC não muda.

Comenta que a Anfiip - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil mostra-se contrária à reforma e que os auditores fiscais recebem aposentadorias integrais e com paridade de R\$ 30.000,00. Afirma que a realidade é muito mais dura, e se não for feita a reforma os cortes em Educação e Saúde continuarão, pois a Previdência é obrigatória. Também, salienta que o rombo na Previdência é de R\$ 50 milhões ao ano, o que dificulta convencer um empreendedor a investir no Brasil. Acredita que a reforma é de suma importância para a área econômica brasileira. Ao mesmo tempo, comenta que a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico mostra dados comparados a outros países, onde as pessoas só se aposentam integralmente aos 65 anos, e são pesquisas que estão no *Google*, nos institutos de credibilidade.

Menciona que no Brasil existem as distorções, porque 35 milhões de pessoas ganham R\$ 1.500,00 de aposentadoria por mês, todavia no Executivo federal a média é de R\$ 10.000,00; no Legislativo é de R\$ 23.000,00; e no Judiciário é de R\$ 27.000,00. Questiona se é justo que quem ganha um salário, dois salários mínimos, banque com a aposentadoria de R\$ 27.000,00 ou de R\$ 22.000,00.

Afirma que quem é contra a PEC é a favor disso, e que no Brasil o imposto é regressivo, quem paga é o mais pobre, que tem 53% da sua renda comprometida com pagamento de impostos. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Revisão: Taquígrafa Sara]*

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

REPUBLICAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE ACELERAÇÃO DE BANCO DE DADOS ORACLE COM SUPORTE E ATUALIZAÇÃO POR 60 MESES, INCLUINDO AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO EXADATA SOFTWARE E LICENÇAS DE USO DO BANCO DE DADOS ORACLE ENTERPRISE EDITION COM SUPORTE E ATUALIZAÇÃO POR 12 MESES.

DATA: 12/06/2019 - **HORA:** 09:00 h

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 12 de junho de 2019. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada no 6º andar, Edifício João Cascaes, Avenida Hercílio Luz nº 301, esquina com a Rua João Pinto - Centro - Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, 24 de maio de 2019.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações e Contratos

* * *

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, § 2º, da Lei 12.232/10, solicita à agência Marcca Comunicação a apresentação, em sessão pública, no dia 31/05/2019, às 14h, na Diretoria de Comunicação Social, de três orçamentos referentes ao custo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Monitoramento de Redes Sociais e Suporte para comunicação Web, para o período de 1 ano. Informações com o Sr. Flávio Jacques - Agência Marcca, (48) 99933-1555.

Florianópolis, 27 de maio de 2019

Lucia Helena Vieira

Diretora de Comunicação Social

* * *

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 159.1/19

Adiciona o §9º ao art. 23 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, que dispõe sobre a criação da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Adiciona o §9º ao art. 23 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23

§9º As tarifas de esgoto sanitário não poderão exceder a 70% (setenta por cento) sobre o consumo de águas tratadas para residências, estabelecimentos comerciais e industriais.

Sala das Sessões,

Deputado Marcius Machado (PR)

Deputado Sargento Lima (PSL)

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/19

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece competência às agências reguladoras para regulamentarem e criarem parâmetro para a cobrança de tarifa por meio de Lei (Art. 23, 27 e 38). Ainda, a presente Lei foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2016 (Art. 27, 39, 45, 49).

Outrossim, a Lei Ordinária Estadual nº 16673/2015 (PL nº 0101.5/2015) criou a ARESC (Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina). Esta Lei dispõe à ARESC a atuação no serviço público de saneamento, bem como estabelece o regime tarifário, de modo a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços (Art. 5º). **Ainda, compete à ARESC autorizar o reajuste e a revisão de tarifas cobradas pelos prestadores de serviços públicos sujeito a fiscalização da ARESC, sendo autorizados mediante resolução (Art. 23).**

Tendo em vista que o art. 23 da lei supramencionada trata da cobrança de tarifas, requer por meio deste projeto de lei a inclusão do §9º, a fim de disciplinar que as tarifas de esgoto sanitário não podendo exceder a 70% (setenta por cento) sobre o consumo de águas tratadas para residências, estabelecimentos comerciais e industriais.

Ademais, a Resolução ARESC nº 46/2016 trata de estabelecer as condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto. Determina que todos os imóveis com disponibilidade de ligação da rede coletora de esgoto estarão sujeitos ao pagamento de tarifas.

Neste sentido, a Resolução ARESC nº 91/2017 é um exemplo de autorização de cobrança de tarifa de esgoto. Essa resolução estabelece a autorização para a cobrança de tarifa de esgoto do município de Içara. No Art. 2º da presente Resolução, restou autorizada a cobrança de tarifa de esgoto em 100% da tarifa cobrada com a água tratada. Portanto, a ARESC emitiu Nota Técnica nº 011/2017 fundamentando a autorização da cobrança de tarifa de esgoto no município de Içara. Como justificativa para a cobrança de tarifa de esgoto estaria à implantação do sistema de tratamento de esgoto - ETE, autorizando a cobrança de 100% do valor faturado pela prestação dos serviços de abastecimento de água.

Dessa forma, a presente proposição visa atender os anseios sociais, fixando limites na cobrança de tarifas de esgoto sanitário, na ordem de 70% (setenta por cento) sobre o consumo de águas tratadas.

Ademais, a CASAN obteve uma Receita Operacional de R\$ 955 milhões com abastecimento de fornecimento de água potável, bem como obteve uma receita de R\$ 220 milhões com os serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário, fechando a CASAN o ano de 2018 com lucro de R\$ 109,5 milhões. Se considerarmos a receita obtida com os serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário (R\$ 220 milhões) e uma possível renúncia fiscal na ordem de 30%, ter-se-ia uma renúncia fiscal de 66 milhões. E, se levarmos em conta o lucro obtido em 2018 (R\$ 109,5 milhões), a empresa ainda fecharia o ano de 2018 com um saldo positivo de 43,5 milhões.

Considerando ainda, que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) aplica a tarifa de esgoto correspondente a

100% (cem por cento) da tarifa de água em todos os municípios gestados por ela, mas conforme os parâmetros pré-estabelecidos na Lei Ordinária Estadual nº 16673/2015, resoluções, bem como o Decreto Estadual nº 1.035/2008 (art. 23), possibilita até 100% e não 100% como regra, desta feita a aplicação do percentual máximo torna prejudicial economicamente à população, lucrando os acionistas com os dividendos, isto é, socializa-se o ônus que tem a população de Santa Catarina de pagar 100% da tarifa do esgoto e num outro vértice privatizam-se os lucros.

Ainda, importante ressaltar que nem toda água consumida é devolvida em forma de esgoto para o tratamento, pois muitas das tarefas diárias finalizam no imóvel, não justificando a cobrança máxima de um serviço que não é prestado em sua totalidade.

Quanto ao volume de água que devolvemos como esgoto, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT editou a Norma Técnica NBR-9649 que estabelece o "coeficiente de despejo" e calcula que 80% da água consumida é devolvida ao meio ambiente como esgoto.

Além disso, se inexistem meios para quantificar o serviço de esgoto efetivamente prestado para cada residência e/ou estabelecimento, o Código de Defesa do Consumidor diz que se deve praticar a tarifa mínima, e não a máxima (a modalidade "Tarifa" demonstra a existência de uma relação de consumo entre a concessionária e o consumidor do serviço, e é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor). Assim consta:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Ademais, **a presente proposta alteradora da lei supracitada visa contribuir com a manutenção da própria instituição CASAN**, vez que vários municípios catarinenses estão municipalizando o fornecimento hídrico, e vêm conseguindo oferecer o mesmo serviço, com tarifas menores do que a aplicada pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e auferindo lucros. Como exemplo, cita-se SAMAE de **São Ludgero, ao qual cobra a tarifa de 50%** sobre o consumo de água; SAMAE de **Orleans, ao qual cobra a tarifa de 60%** sobre o consumo de água; SAMAE de **Jaraguá do Sul cobra a tarifa de 80%** sobre o consumo de água; a SEMASA em **Lages cobra a tarifa de 80%** sobre o consumo de água, e entre outros exemplos de municípios catarinenses.

Diante do exposto, a proposição normativa se justifica, pois visa atender os anseios sociais, limitando a tarifa de esgoto na ordem de 70% (setenta por cento) sobre o consumo de águas tratadas, vez que inexistem meios para quantificar o serviço de esgoto efetivamente prestado para cada residência e/ou estabelecimento, sendo vedado, portanto, pelo Código de Defesa do Consumidor que determina a prática da tarifa mínima, e não a máxima.

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0160.5/2019

Autoriza o Poder Judiciário a doar ao município de Canoinhas o imóvel que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar ao município de Canoinhas o imóvel de propriedade do Estado, cuja transcrição encontra-se sob o nº 42.775, datada de 27 de dezembro de 1973, extraída do Livro 3-AQ, fl. 10, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da comarca de Canoinhas.

Parágrafo único. O imóvel referido neste artigo se constitui de terreno urbano com área de 900 m² (novecentos metros quadrados), sendo 800 m² (oitocentos metros quadrados) da data nº 79, carta de

aforamento nº 97 e registro municipal nº 496, e 100 m² (cem metros quadrados) parte da data nº 77, carta de aforamento nº 948 e registro municipal nº 779, situado na Rua Coronel Vidal Ramos, no município de Canoinhas, confrontando-se: do lado esquerdo com terras da Prefeitura Municipal de Canoinhas; aos fundos com terrenos de João Vicente de Souza e do lado direito com terrenos de Adauto N. Allage. Sobre este imóvel foi edificado um prédio de alvenaria com dois pavimentos, cada um com a área de 725,50 m² (setecentos e vinte e cinco vírgula cinquenta metros quadrados), totalizando 1450,40 m² (mil quatrocentos e cinquenta vírgula quarenta metros quadrados).

Art. 2º A entrega do imóvel objeto de doação por meio desta Lei se dará quando de sua publicação.

Art. 3º Eventuais despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município de Canoinhas.

Art. 4º O Estado será representado no ato pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado ou quem, por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, XX de XX de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito do município de Canoinhas, por meio de ofício datado de 26 de abril de 2018, requereu ao Poder Judiciário a doação do imóvel que abrigou o Fórum da comarca até fevereiro de 2018.

O imóvel de que trata a presente lei foi doado pelo município ao Estado de Santa Catarina, para construção do Fórum local, por meio das Leis Municipais n. 743 de 6 de março de 1967 e 754 de 18 de abril de 1967, e permanece sob a administração do Poder Judiciário.

No entanto, com a desocupação do imóvel pelo Poder Judiciário, o município manifestou interesse em que o imóvel reverta ao seu patrimônio, para instalar diversos órgãos que atualmente estão instalados em prédios alugados, tais como Procon, Detran, Coordenadoria de Defesa Civil, Posto de Atendimento do Sine (Sistema Nacional de Emprego), Sala do Empreendedor, Câmara de Vereadores e outros programas que compõem a rede de proteção à Criança e Adolescente.

A construção edificada sobre o imóvel foi projetada para atendimento ao público em serviços de natureza administrativa e burocrática, adequando-se aos fins propostos pela prefeitura.

Apesar de não se falar em cláusula de reversão da doação pretérita, ocorrida há mais de 50 (cinquenta) anos, é forçoso reconhecer que o município tem condições de avaliar o que atende ao interesse público local e dar a destinação mais adequada ao imóvel.

Por tais razões, não havendo óbice à doação para a municipalidade, resta apenas a autorização legislativa para tanto.

Ofício n. 1451/2019 - GP

Florianópolis, 17 de maio de 2019

A Sua Excelência o Senhor

Deputado JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, projeto de lei que "Autoriza o Poder Judiciário a doar ao município de Canoinhas o imóvel que especifica", acompanhado da respectiva justificativa e da certidão de aprovação da minuta pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de admiração e respeito.

Cordialmente,

Rodrigo Collaço

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/19

* * *